

**A INCLUSÃO EDUCACIONAL:  
O PROTAGONISMO DO  
PROFESSOR, A GESTÃO  
ESCOLAR E AS CONDIÇÕES  
PARA EDUCAR**

Maria Francisca de Souza Carvalho Bites\*

*Resumo: o trabalho apresentado é o desdobramento de uma pesquisa realizada em Goiânia, entre os anos de 2003 e 2005, com o objetivo investigar a participação dos professores na política educacional de inclusão de pessoas com necessidades especiais, no âmbito da escola. Sendo o professor o protagonista deste processo, serão analisados o envolvimento e o grau de sua participação no cenário da gestão escolar e das condições de ensino.*

*Palavras-chave: protagonista, participação, gestão escolar, política educacional de inclusão*

O trabalho em questão constitui um desdobramento de uma pesquisa realizada em Goiânia, entre 2003 e 2005, com o objetivo investigar como se dava a participação dos professores no desenvolvimento da política educacional de inclusão. A investigação foi realizada por meio do aprofundamento teórico sobre o tema, pesquisa em documentos, entrevistas com professores e gestores escolares e participação em seminários promovidos pelos órgãos oficiais do Estado de Goiás. O texto em pauta chama a atenção para a importância de a gestão educacional considerar a participação do professor no processo educativo escolar.

Considerando a amplitude do tema, faremos um recorte enfocando apenas um dos aspectos da questão, centralizando a abordagem na ação daqueles que atuam na escola e nas condições disponíveis ao processo educacional. Para tanto daremos atenção especial a alguns dos estudos e investigações que conseguimos desenvolver em pesquisa referente à política de inclusão educacional: o protagonismo do professor, a gestão escolar e as condições para educar.

Estaremos nos referindo ao professor, enquanto profissional da educação e participe no desenvolvimento da inclusão educacional. Compõe o cenário a gestão escolar e as condições de ensino.

Tratar da inclusão educacional nos remete à inclusão social e vice-versa. Entretanto, analisar a 'inclusão' significa desvelar seu par oposto que é a 'exclusão'. Estudos têm mostrado que os excluídos da escola o são, em primeiro lugar, excluídos da sociedade, ou seja: excluídos do emprego, da moradia, da saúde, do lazer, da cultura letrada, de bens e serviços sociais, da educação, etc.

Queremos com isto reafirmar que não há como desvincular a inclusão educacional da inclusão social. Estamos convencidas de que, sem inclusão social, dificilmente a escola será inclusiva.

## A PARTICIPAÇÃO DO PROFESSOR E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE EM GERAL

Na sociedade atual, é proposta “a livre participação dos indivíduos [como] ponto constitutivo por excelência, da cidadania” (SIQUEIRA, 2002, p. 1), e a participação aparece como um meio pelo qual os indivíduos conquistam a cidadania ampla.

Essa participação consolida-se em decorrência da busca de soluções aos problemas provindos da nova ordem social estabelecida e da incapacidade do Estado em solucioná-los, em consequência das indefinições no enfrentamento de diversos desafios.

Estudos têm mostrado que o governo e certos segmentos da sociedade civil têm atribuído à participação das pessoas a responsabilidade de solucionar problemas muitos dos quais difíceis de serem equacionados sem intervenções do Estado, enquanto o aparato estatal volta seu olhar para questões macros ou consideradas pelos dirigentes como mais importantes, a educação escolar vai paulatinamente sendo deixada ao encargo da comunidade local e dos profissionais que nela atuam. Nessa realidade, surgem novas exigências aos profissionais de ensino para o desenvolvimento e implementação das políticas educacionais.

Consideramos importante ressaltar que a participação não tem um conceito unívoco, por isso não pode ser entendida nem analisada, sem que seja enraizada no contexto social onde acontece, nem em suas circunstâncias. A ação de participar ou de não participar (omissão) constitui um ato político, uma tomada de posição de quem o faz e, dessa forma, precisa ser interpretada (LIMA, 2001). Do mesmo modo, o cha-

mamento à participação revela interesses que só serão esclarecidos, se contextualizados.

Tratando-se da participação do professor no desenvolvimento da política educacional de inclusão, objeto de nossa análise, objetivando esclarecer de que participação estamos nos referindo formulamos, em nossa pesquisa, inúmeras interrogações acerca dessa questão entre as quais: conceito/fundamento, formas de participar, objetivos, instâncias de participação, mecanismos, condições, preparo dos professores para participar, etc. Em função do objetivo deste, nos deteremos mais especificamente em seu conceito/fundamento e condições tendo como cenário a gestão educacional.

Para esclarecer o conceito de participação, recorreremos, entre outras, às contribuições de Souza (2000), Dallari (1999) e Demo (2001).

Segundo Souza (2000, p. 78), “a participação é processo existencial concreto, se produz na dinâmica da sociedade e se expressa na própria realidade cotidiana dos diversos segmentos da população”. Para Demo (2001), a participação no processo educativo constitui importante canal de ação política, portanto de formação para a cidadania. A educação é um processo cultural inerente à sociedade como um todo e se destaca como mecanismo privilegiado de conquista de direitos que, por sua vez, possibilita a participação.

Nessa perspectiva, a educação constitui um processo altamente relevante na construção de formas de participação. As pessoas são educadas ou para participar no sentido de construir juntas uma sociedade ou para agir de forma a ajudar a manter o *status quo* vigente. Em quaisquer segmentos sociais, a participação representa elemento importante de pertencimento social, embora muitos interesses sejam divergentes. Em nossa realidade, muitos discursos e práticas tidos como um chamado ao processo participativo são, na verdade, meios de dominação ou de negação da participação.

De acordo com Souza (2000), a participação consistente requer formação intelectual e técnica e compromisso político como mecanismo de superação dos medos, da baixa auto-estima, das inseguranças e das incertezas quanto às reivindicações diante do que é proclamado como legítimo pelas leis e políticas adotadas pelo Estado, etc.

No caso dos professores, a participação deve ser analisada em sua dimensão pedagógica, ou seja, considerando-se as bases em que eles agem e desenvolvem seu processo de conscientização, como elaboram sua visão de mundo, a realidade onde vivem e trabalham, como

compreendem e interpretam sua participação na educação. Tendo em vista que a conscientização é um processo que acontece no coletivo, a existência de uma organização social, lócus das ações, torna-se um excepcional requisito, pois “a força do grupo compensa a fraqueza do indivíduo” (DALLARI, 1999, p. 44). Daí a importância da organização social para o processo de conscientização, pois este requer o preparo das pessoas para a participação. Quanto aos professores, a tomada de consciência sobre as transformações sociais, sobre as novas estratégias de desenvolvimento social e a reprodução da ideologia hegemônica constitui fundamento básico em sua atividade profissional e não pode ser negligenciada. Estar cientes desses aspectos, com certeza, os impulsionará à participação.

Entendemos ser a participação multidimensional e multidisciplinar. Ao analisarmos a participação docente na política educacional, e imbuída de nossa identidade profissional de professora, destacamos entre todas, a sua perspectiva pedagógica (DEMO, 2001), por considerá-la ponto de partida na análise da questão. Compreendemos, entretanto, que este conceito inclui as dimensões: filosófica, política, sociológica, histórica, econômica e é orientador da ação, o que dá base e conduz a certos tipos de desenvolvimento e formação das pessoas.

No tocante à política educacional de inclusão, reconhecemos a impossibilidade de o professor fazer ingerências diretas, por exemplo, no estabelecimento das leis da educação, em certos projetos e programas macros que são, enfim, da competência do governo, seja em âmbito Federal, Estadual e Municipal. Acreditamos, contudo, que, como profissionais de educação, os professores têm o direito e o dever de participar, de modo direto ou indireto, conforme a instância em que a educação acontece, seja por meio de debates ou consultas ou outras formas de ação que visem ao desenvolvimento da educação. Os professores têm de se sentir sujeitos neste processo e não coadjuvantes. Ressaltamos também que, na escola, essa participação precisa caracterizar-se como intervenção direta e envolver todos os integrantes do processo educativo.

Em uma realidade em que se busca o envolvimento de um maior contingente possível da sociedade civil na solução de problemas sociais até então tidos como da alçada do Estado, consolidam-se estratégias que enfatizam a participação como mecanismo para solucionar os problemas (MITLER, 2003), a exemplo do que analisa Siqueira (2002). É nessa realidade que inserimos o envolvimento do professor na política educacional de inclusão.

Segundo “documentos brasileiros” e internacionais referentes inclusão educacional, cabe ao professor participar das atividades desenvolvidas em diferentes instâncias, além das realizadas na escola. Essa é uma condição posta para o desenvolvimento adequado da educação escolar.

Tratando-se da participação na instituição escolar, organização social em que os integrantes estão em contínua interação, torna-se relevante dedicar mais atenção àqueles que a fazem funcionar, especialmente os professores. Daí que a participação destes no processo pedagógico escolar emerge como determinante do produto esperado, que é a formação humana. Na opinião de Lima (2001, p. 70), a participação “é um direito reclamado e conquistado”, envolve a aceitação e/ou rejeição de certos valores e não é uma condição imanente àqueles que trabalham na organização escolar. Desse modo, não pode ser presumida como existente, precisa ser organizada e fomentada. Nesse sentido, consideramos o trabalho desenvolvido pelo gestor escolar como condição básica do desempenho do professor na educação escolar.

Saraiva (2003), ao analisar a participação dos professores na escola portuguesa, afirma que, na atualidade, diante das exigências para que a escola cumpra sua função educativa torna-se necessário

*[...] que desenvolva uma cultura de participação, que saiba partilhar a ‘educação’ com a família (principal entidade, responsável pela ‘educação’), com trabalhadores não docentes, com a comunidade envolvente e assim todos possam contribuir para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, tornando-os cidadãos mais responsáveis e livres na sociedade (SARAIVA, 2003, p. 1, grifo do autor).*

Quesitos como esses sustentam as atuais propostas de educação brasileira, particularmente da educação das pessoas com necessidades especiais ou das camadas marginalizadas ou mais desfavorecidas socialmente.

De acordo com esse autor, as formas de agir e de reagir dos atores institucionais decorrem de seus interesses, mas preservam os limites estabelecidos socialmente. Desse modo, a intervenção dos sujeitos no processo escolar está condicionada à correspondência dos objetivos desta com os de seus integrantes e também às possibilidades de liberdade de ação. A participação implica inúmeras dimensões como foi

citado anteriormente. Ela é indispensável à consolidação da democracia de um país. Na escola, nosso foco de atenção, ela caracteriza-se como processo de tomada de decisão em participar ativa e conscientemente, ou de negação de participação, omissão. Quer dizer a negação em participar também constitui uma escolha e na escola ela não é desejada.

No entanto, temos de reconhecer que na escola a participação do professor decorre também das orientações emanadas dos regimentos e estatutos organizacionais e das orientações individuais e grupais. Desse modo, a participação docente tem de levar em conta as normas legais estabelecidas. Não se pode esquecer, todavia, que as ações são complexas e podem acontecer em contradição com as normas instituídas.

Acreditamos que a participação efetiva do professor no desenvolvimento da educação, especialmente no âmbito da unidade escolar é que irá decidir o sucesso da política educacional de inclusão. Esse envolvimento, entretanto, não pode estar adstrito ao ambiente da escola nem a sua comunidade local. É na escola, todavia, que a participação docente se materializa e produz os resultados esperados. Consideramos que uma das condições decisivas de participação do professor, na escola, é a sua visão geral do que acontece nas outras instâncias sociais e em outras localidades, tendo em vista que hoje não se pode desconsiderar o que acontece em outras regiões do Brasil e do planeta, pois as políticas são globais.

## A PARTICIPAÇÃO DOS GESTORES

Abordar a participação do professor na escola requer de nossa parte referência, pelo menos a dois pontos: ao trabalho de gestão que aí se realiza; a direção dada à ação do gestor na instituição escolar.

Acreditamos que caiba à escola, na pessoa de seus gestores, interagir com os professores para bem desenvolver o processo educativo. O trabalho docente não pode acontecer de modo isolado e individualizado, sem o conhecimento e supervisão da equipe gestora. Para tomar decisões com vistas ao sucesso do trabalho na escola, essa equipe precisa saber; como o professor ensina e como os alunos aprendem; se o trabalho docente atende aos padrões requeridos para a turma; se o docente conhece seus alunos; se as condições oferecidas pela escola são adequadas ao processo educativo etc.. De outro modo, a gestão escolar fica esvaziada e compromete a implementação das políticas educacionais e, no caso deste estudo, compromete, principalmente a política educacional de inclusão.

O tipo de gestão adotado, na escola, apresenta elementos importantes para o entendimento da dinâmica do processo participativo do professor nessa instituição (LIBÂNEO, 2001; SILVA JR., 1990) pois esse trabalho envolve, predominantemente, o diretor, os coordenadores e os professores e deve ter como base os princípios da ação coletiva e participativa. Na gestão escolar, a formação humana deve constituir o ponto de partida e de chegada dos trabalhos aí realizados, e a aprendizagem dos alunos, a razão de ser de todos os que ali atuam.

Conforme vem sendo defendido nas diferentes instâncias de gestão educacional, a escola deve desenvolver suas funções com base na ação participativa. Esse tipo de gestão escolar pressupõe, no mínimo, duas idéias chaves (LIBÂNEO, 2001, p. 78-82): a de direção e a de intencionalidade. Dessas duas idéias decorrem as demais: a de autonomia das escolas e da comunidade escolar; a da relação entre direção e participação dos membros da equipe escolar; a de formação continuada e desenvolvimento pessoal e profissional dos que nela atuam; a de tomada de decisões em bases concretas e centrada em cada problema; a da avaliação compartilhada; e a das relações humanas produtivas e criativas, assentadas na busca de objetivos comuns.

Nesse tipo de gestão, em que a função da escola é assegurar o desenvolvimento integral do aluno como cidadão, integrando-o na organização escolar e facilitando sua participação nessa instituição, o trabalho docente desenvolve-se com base na interação e participação político-pedagógica comprometida com os objetivos educacionais, tendo em vista a formação de um cidadão crítico.

O papel do gestor escolar, nessa realidade, consiste em providenciar as condições para o funcionamento adequado da escola e conseguir que os professores participem de todo o processo educativo que aí ocorre. Vale salientar que a participação docente não constitui fato presumido (LIMA, 2001; DEMO, 2001), depende da capacidade das pessoas de convencê-los a participarem e a interagirem de modo a atingir os objetivos educacionais. A atuação do gestor escolar constitui um elemento decisivo e fomentador do tipo de trabalho realizado pelo docente na escola.

Nesse contexto cabe, pois, aos professores participar, juntamente com outros profissionais, no processo de tomada de decisões referentes às questões da educação escolar na instituição em que trabalha. Compete-lhes: 1) trabalhar com seus pares, definindo ações comuns em relação ao processo ensino-aprendizagem; em relação às próprias condutas e às

dos alunos; em relação à maneira de relacionar-se com toda a comunidade escolar e mais, adotar um determinado padrão de trabalho na tomada de decisões, no controle dos alunos e no desenvolvimento dos valores estudantis, etc. Nessa realidade, é indispensável apresentar qualificação para o magistério e participar do processo de construção do conhecimento mediante o desenvolvimento de estudos investigativos etc.

Considerando o que foi dito até aqui, administrar uma escola supõe admitir que o substrato teórico e prático dessa tarefa encontra-se na Educação e, como tal, representa a sua finalidade e razão de ser. Nesse caso, a educação constitui o eixo central das ações de todos os agentes atuantes na instituição de ensino e parte-se do princípio de que o trabalho pedagógico e o administrativo são partes de um mesmo todo, portanto, são indissociáveis.

Nessa realidade em que a educação é tomada como um fim, o trabalho administrativo e o pedagógico realizam-se conforme suas especificidades e inter-relação, de modo que um possibilite o desenvolvimento do outro. Quanto ao papel formativo da instituição de ensino, não se pode esquecer que 'é a ação educativa' que deve determinar a gestão escolar. A educação do aluno constitui o lastro e a razão de ser da escola e da ação de seus profissionais, não a gestão em si.

## A GESTÃO ATUAL DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE INCLUSÃO

A gestão da educação escolar atualmente tem sido centrada no trabalho de equipes de especialistas, diretores, coordenadores ou grupos específicos escolhidos para promover o desenvolvimento das políticas educacionais. Em geral, esses gestores são preparados para agir como mediadores no processo de gestão da política educacional, no âmbito das instituições educativas. No entanto, o que observamos é que essa mediação, na prática, não acontece, por inúmeras razões. Ao invés de exercerem função de mediadores, os gestores agem como intermediários nesse processo.

Nesse contexto, o trabalho do professor fica restrito às atividades em sala de aula e ao cumprimento de incumbências estabelecidas em alguma instância superior, sem possibilidades de uma ação mais reflexiva efetiva no desenvolvimento da política educacional.

Tratando-se da educação, a gestão participativa supõe que os gestores da educação, nas diferentes instâncias, ouçam os professores, conheçam suas experiências e criem um ambiente que permita participação com res-

ponsabilidade. Dos professores, espera-se que sejam receptivos ao diálogo com os gestores educacionais (geral ou local), ofereçam contribuições que julguem adequadas, enfim que assumam a educação escolar na área que lhes compete, com o profissionalismo que a função exige.

De modo geral, mas especialmente no tocante à inclusão educacional, alguns fatores obrigam a escola a contar com a efetiva participação dos professores, sem a qual o processo educativo não deslança. Por exemplo: maiores exigências de participação social na educação escolar; novas exigências feitas às instâncias públicas responsáveis pelos diferentes níveis de ensino; e a adoção do caráter democrático na gestão educacional para a obtenção de financiamentos. Nesse contexto, não se pode absolutamente negligenciar a participação dos professores na educação escolar.

Os estudos sobre a gestão democrática da escola em geral e, particularmente, da gestão “inclusiva” destacam, entre outras, duas medidas a serem adotadas: propiciar aos alunos e professores o acesso às informações e à atualização, como condições de conhecimento e de participação na sociedade atual e possibilitar condições adequadas de ensino ao professor e de aprendizagem ao aluno. Assim sendo, criar condições favoráveis à educação para todos é uma das tarefas mais difíceis, mas precisa ser conquistada. A implantação de uma política não acontece apenas por força de lei, mudança de atitudes e boa vontade das pessoas.

A busca de superação das crises na área da educação, geralmente, tem levado os governos a deslocarem o foco dos problemas para a escola e seus profissionais, e familiares dos alunos, mantendo, todavia, o controle da tomada de decisões, o que é uma forma de escamotear a solução dos problemas. Como tentativa de equacionar as dificuldades, adotam medidas, como: descentralização das ações; reforço do discurso da autonomia; avaliação dos sistemas de ensino; e verificação de desempenho dos profissionais de educação e dos alunos (SANDER, 2002), o discurso da participação do professor em diferentes versões como: a individual e a coletiva, sobre as quais nos falamos em diferentes autores consultados, entre os quais Dallari (1999), Demo (2001), Lima (2000).

Os documentos que analisamos e o contato com a realidade em que a educação escolar acontece mostraram-nos, além de outros aspectos, que a distância existente entre os gestores da educação dos órgãos centralizados e os profissionais que trabalham na unidade de ensino não é apenas geográfica. Os interesses, os conhecimentos e as experiências das pessoas que elaboram os documentos e os profissio-

nais de educação que atuam na escola divergem substancialmente. Na instituição educativa onde a educação formal ocorre, o que é proposto como teoria e a prática, as condições estruturais e de funcionamento, os alunos, etc. diferem do que é idealizado nos documentos.

Os trabalhos por nós consultados sobre a gestão da educação em geral e, particularmente acerca da educação inclusiva, bem como os dados coletados em campo, reiteram a necessária preparação dos professores em suas dimensões profissionais e éticas, como critério básico, que imprime um modo próprio no desenvolvimento da educação. É importante não esquecer também que, embora a participação seja inerente à condição humana, precisa constituir objeto das intervenções políticas e formativas, portanto, não pode ser presumida.

Como o professor, os diretores escolares e coordenadores necessitam de formação específica para desempenhar suas funções. Ser professor, conhecer o campo da educação como docente, é condição indispensável e primeira, todavia exercer a função de diretor ou coordenador não é o mesmo que ser professor. Há uma especificidade entre o trabalho realizado pelos docentes e o que é efetivado pelos gestores.

Queremos ressaltar que a inclusão educacional não pode ser vista apenas como uma atribuição exclusiva da escola, mas que não será levada adiante sem a efetiva intervenção do professor. A pessoa excluída da educação escolar o é também da sociedade em geral. Assim sendo, acreditamos que a inclusão educacional deva ser implementada por meio de uma gestão compartilhada entre as áreas social, econômica, cultural, de saúde (médica, psicológica, fonoaudiológica, terapêutica etc.), de lazer, entre outras (CORREIA, 2006). Nesse caso, cabe à instituição educacional e a seus profissionais participarem juntamente com as demais áreas neste processo. Aos órgãos gestores compete propiciarem as condições necessárias para que a inclusão de fato aconteça.

O conhecimento a respeito da população estudantil que apresenta necessidades especiais ou que estão fora do sistema escolar é uma exigência para a implementação da educação inclusiva.

Acreditamos que para o desenvolvimento da inclusão escolar, algumas condições precisam ser levadas em conta, por parte de todas as pessoas envolvidas no processo educativo escolar, entre as quais: professar a filosofia da inclusão, acreditar nos direitos universais do Homem, na igualdade entre as pessoas, indiferentemente de sua condição pessoal, raça, cor, credo político ou religioso etc., reconhecer seus direitos e a inclusão social e escolar como conquista legítima e que, portanto, preci-

sam ser garantidas; acreditar nos princípios da vida democrática, solidária e nas capacidades próprias de cada indivíduo e demonstrar essa crença na vida diária; ser capaz de trabalhar em equipes e de modo cooperativo.

## Referências

- CORREIA, L. de M. Dez anos de Salamanca, Portugal e os alunos com necessidades educativas especiais. In: RODRIGUES, D. *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006. p. 239-274.
- DALLARI, D. de A. *O que é participação política*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- DEMO, P. *Participação é conquista*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2001.
- LIMA, L. *A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MITLER, P. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- SANDER, B. O estudo da administração da educação na virada do século. In: MACHADO, L. M.; FERREIRA, N. S. C. *Gestão da educação: dois olhares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 55-68.
- SILVA JR, C. A. *A escola pública como local de trabalho*. São Paulo: Cortez; Associados, 1990. Cap.1 e 2, p.26-57 e 58-87.
- SIQUEIRA, H. S. G. *Nova cidadania: um conceito pós-moderno*. Disponível: <[www.angelfire.com/sk/holgonsi/novacidadanis.html](http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/novacidadanis.html)>. Acesso em: 03 dez. 2003.
- SARAIVA, D. A. *Participação dos professores na escola*. Disponível em: <[www.google.com.br/search?q=cache:-7Jgi9Ktbfaj:www.ipv.pt/millennium/Mill](http://www.google.com.br/search?q=cache:-7Jgi9Ktbfaj:www.ipv.pt/millennium/Mill)>. Acesso em: 03 dez. 2003.
- SOUZA, M. L. de. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. São Paulo: Cortez, 2000.
- UNESCO. Ministério da Educação e Cultura. (Espanha). *Declaração de Salamanca e enquadramento da ação: área das necessidades educativas especiais – acesso e qualidade*. Salamanca-Espanha, Unesco, 7-10 de dezembro de 1994. Disponível em: <[www.regra.com.br/educacao/Oqeh.htm](http://www.regra.com.br/educacao/Oqeh.htm)>. Acesso em: 5 out. 2000 e Disponível em: <[www.interlegis.gov.br](http://www.interlegis.gov.br)>. Acesso em: 20 maio 2003.

*Abstract: this paper is the development of a research undertaken in Goiânia, between 2003 and 2005, whose aim was to analyze the participation of teachers in the educational policy of including people with special needs, in the school sphere. Since teachers are the protagonists of this process, their involvement and degree of participation in the sphere of school management and teaching conditions are analyzed.*

*Key words: protagonists, participation, school management, educational policy for inclusion*

---

\* Doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (SP). Professora no Curso de Pedagogia no Departamento de Educação da Universidade Católica de Goiás. *E-mail*: mf.bites@uol.com.br